

PARQUETUR - CAMINHOS DO MAR S.A.

Relatório dos auditores independentes

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2023

PARQUETUR - CAMINHOS DO MAR S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e à Administração da  
Parquetur - Caminhos do Mar S.A.  
São Bernardo do Campo - SP

### Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Parquetur - Caminhos do Mar S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos não conhecidos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Parquetur - Caminhos do Mar S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis

Imobilizado e Intangível - ausência da totalidade da documentação suporte para o teste de amostras da segregação entre bens reversíveis e não reversíveis e de análise que evidencia a estimativa anual de vida útil destes ativos

Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 11 e 12, a Companhia possui registrado nas rubricas “Imobilizado” e “Intangível”, no ativo não circulante, os montantes líquidos de R\$ 2.816 mil e R\$ 8.839 mil, respectivamente, cujos saldos não puderam ser examinados até o momento pelos seguintes fatores: (i) a Administração da Companhia não nos disponibilizou, até o final dos nossos trabalhos, a totalidade da documentação suporte para o teste de amostras da segregação entre os bens reversíveis e não reversíveis, bem como, a segregação entre os bens apresentados no Imobilizado e no Intangível; (ii) os bens apresentados na rubrica do Imobilizado, são depreciados por meio de taxas fiscais, e não por taxas decorrentes de uma avaliação da vida útil econômica; e (iii) a Administração da Companhia não nos disponibilizou, até o final dos nossos trabalhos, laudo de avaliação de vida útil para os bens apresentados na rubrica Intangível, bem como uma análise individualizada para definição da taxa de amortização entre o prazo de concessão e a vida útil de cada bem. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, opinarmos sobre os saldos das referidas rubricas e os seus possíveis efeitos, se aplicável, nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2023.

Adiantamento de clientes - ausência da totalidade da documentação suporte para o teste de amostras dos adiantamentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16, a Companhia possui registrado na rubrica “Adiantamento de clientes” no passivo circulante, o montante líquido de R\$ 435 mil, o qual estabelecemos seleção de algumas contas por meio de amostragem, para que pudéssemos fazer a análise documental. Entretanto, não pudemos nos satisfazer das referidas análises pela não apresentação da totalidade dos documentos selecionados. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, opinarmos sobre o saldo da referida rubrica e os seus possíveis efeitos, se houver, nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2023.



Ausência de reapresentação conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, por meio do NBC TG 23 (R2) - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, e de ajuste dos valores correspondentes

Durante o exercício corrente, a Administração da Companhia identificou duplicidade no reconhecimento de receitas de bilheteria, bem como, reavaliou o entendimento do reconhecimento das atividades de restauração em monumentos. Os efeitos respectivos destes eventos geraram ajustes de exercícios anteriores no montante líquido de R\$ (126) mil, cujos valores foram reconhecidos na rubrica de "Ajuste de exercícios anteriores" no Patrimônio Líquido e em contrapartida às respectivas rubricas de Intangível, Receita Líquida e Contas a receber de clientes. Adicionalmente, os valores correspondentes apresentados de forma comparativa ao exercício corrente, relacionados às rubricas ora mencionadas, não foram ajustados pela Administração, não sendo possível determinar os efeitos daqueles valores comparativos. Por outro lado, as práticas contábeis adotadas no Brasil, por meio do NBC TG 23 (R2) - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, determinam que correções de erros sejam contabilizadas contra as contas impactadas pelo erro, na competência apropriada, e de forma que as demonstrações contábeis comparativas reapresentadas possam refletir a referida correção, bem como manter a comparabilidade e consistências das informações contábeis entre o exercício corrente e comparativo. Neste sentido, pelo fato da Administração da Companhia não efetuar os ajustes nas competências apropriadas e de forma retrospectiva, assim como, não realizar os ajustes nos valores correspondentes, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não nos foi possível, nas circunstâncias, opinar sobre os valores correspondentes, assim como, os possíveis efeitos de mensuração, reconhecimento e divulgação nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

#### **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações contábeis, a Companhia apurou prejuízo líquido no exercício no montante R\$ 7.309 mil (R\$ 5.911 mil em 31 de dezembro de 2022) e apresenta nas demonstrações prejuízos acumulados no montante de R\$ 15.027 mil. Esses números financeiros levantam dúvidas substanciais sobre a capacidade da Companhia de continuar operando. Nesse sentido, a Administração da Companhia tem envidado esforços na busca de alternativas para equacionar e equilibrar os compromissos operacionais e financeiros da Companhia, e até o presente momento, tais condições não foram equacionadas e equilibradas. Entretanto, as premissas incluídas na avaliação dependem de eventos futuros que ocorrerão para que a Administração possa reverter o cenário atual. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes em decorrência dessas incertezas ou das medidas e premissas atualmente em andamento. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

#### **Outros assuntos**

##### **Auditoria dos valores correspondentes - exercício anterior**

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros Auditores Independentes, que emitiram relatório sem modificação, datado de 24 de outubro de 2023.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 31 de julho de 2024.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.  
CRC 2 SP.031522/F

Ednilson Vieira Miranda  
Contador CRC 1 SP 235688/O-5

# PARQUETUR - CAMINHOS DO MAR S.A.

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	39	1.822	Fornecedores	13	456	960
Contas a receber de clientes	5	99	84	Obrigações trabalhistas e sociais	14	157	84
Adiantamentos a fornecedores	6	217	465	Impostos e contribuições a recolher	15	167	117
Impostos e contribuições a recuperar	7	95	26	Adiantamento de clientes	16	435	261
Outros ativos	8	2.904	13	Contas a pagar		24	3
		3.354	2.410	Outras obrigações		21	-
						1.260	1.425
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Aplicações financeiras vinculadas	9	-	1.182	Partes relacionadas	10	545	-
Partes relacionadas	10	43	-			545	-
Imobilizado	11	2.816	816				
Intangível	12	8.839	11.399	Patrimônio líquido	18		
		11.698	13.397	Capital social		23.773	17.373
				Adiantamento para futuro aumento de capital		4.501	4.601
				Prejuízos acumulados		(15.027)	(7.592)
						13.247	14.382
<b>Total do ativo</b>		<b>15.052</b>	<b>15.807</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>15.052</b>	<b>15.807</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# PARQUETUR - CAMINHOS DO MAR S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita líquida	19	4.292	2.155
Custos das mercadorias e serviços prestados	20	(4.933)	(4.075)
Resultado bruto		(641)	(1.920)
Despesas administrativas e gerais	21	(5.979)	(3.484)
Outras despesas	21	(541)	(748)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(7.160)	(6.152)
Resultado financeiro, líquido	22	(149)	241
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(7.309)	(5.911)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	23	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	23	-	-
Prejuízo líquido do exercício		(7.309)	(5.911)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# PARQUETUR - CAMINHOS DO MAR S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Milhares de Reais)

---

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prejuízo líquido do exercício	(7.309)	(5.911)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Outros resultados abrangentes não serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>(7.309)</u>	<u>(5.911)</u>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# PARQUETUR - CAMINHOS DO MAR S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022  
(Em Milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.673	1.801	(1.681)	7.793
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	7.800	-	7.800
Integralização de capital	5.000	(5.000)	-	-
Aumento de capital social	4.700	-	-	4.700
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(5.911)	(5.911)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	17.373	4.601	(7.592)	14.382
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	5.600	-	5.600
Integralização de capital	5.700	(5.700)	-	-
Aumento de capital social	700	-	-	700
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(126)	(126)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(7.309)	(7.309)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	23.773	4.501	(15.027)	13.247

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# PARQUETUR - CAMINHOS DO MAR S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Milhares de Reais)

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(7.309)	(5.911)
Ajustes atividades operacionais		
Receitas financeiras sobre aplicações vinculadas	1.182	(143)
Depreciação e amortização	566	247
	<u>(5.561)</u>	<u>(5.807)</u>
Aumento/(redução) nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(18)	(41)
Adiantamentos a fornecedores	271	(295)
Impostos a recuperar	(68)	(26)
Despesas antecipadas	(2.892)	(2)
Fornecedores	(504)	920
Obrigações trabalhistas e sociais	73	48
Imposto e contribuições a recolher	50	70
Adiantamento a terceiros	174	261
Outras contas a pagar	(4)	(305)
Outras obrigações	22	-
Obrigações com Partes Relacionadas	505	-
Caixa líquido (consumido) pelas atividades operacionais	<u>(7.952)</u>	<u>(5.177)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(2.311)	(606)
Aquisição de ativo intangível	2.305	(6.630)
Aplicações financeiras vinculadas	-	(12)
Caixa líquido (consumido) pelas atividades de investimentos	<u>(6)</u>	<u>(7.248)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	(100)	7.800
Aumento de capital	6.400	4.700
Ajuste de exercícios anteriores	(126)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<u>6.174</u>	<u>12.500</u>
(Redução) / aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(1.783)</u></u>	<u><u>75</u></u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1.822	1.747
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	39	1.822
(Redução) / aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>(1.783)</u></u>	<u><u>75</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A Parquetur - Caminhos do Mar S.A. ("Parquetur" ou "Companhia"), uma sociedade anônima, de propósito específico, constituída em 6 de novembro de 2019, com sede na Estrada Caminho do Mar, SP-148, Km 42, bairro Alto da Serra, CEP 09.834-010, São Bernardo do Campo/SP.

A Companhia tem como objeto social, específica e exclusivamente, a realização das atividades descritas no Edital da concorrência internacional nº 1/2020, Processo SIMA nº 8313-2020 ("Concorrência"), e no Contrato de concessão nº 1-2021 celebrado entre a Companhia e o Estado de São Paulo, representado por sua Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA ("Poder Concedente"),

A Parquetur é responsável pela realização de investimentos, conservação, operação, manutenção e exploração econômica da área contida dentro dos limites da Unidade de Conservação Parque Estadual Serra do Mar, conhecida como "Caminhos do Mar", atuando, adicionalmente, em todas as atividades fixadas no Contrato de Concessão de Uso de Bem Público.

A Parquetur é uma Companhia brasileira e sua atividade principal é a gestão e operação de parques e unidades de conservação da natureza. Acreditamos em um modelo no qual a promoção do ecoturismo nas áreas protegidas gera recursos para a conservação e educação ambiental, além do crescimento sustentável do entorno.

Atuando dentro de um modelo de gestão para parques e unidades de conservação no qual há melhoria da infraestrutura, acesso e atividades de lazer e entretenimento, a Parquetur consolida serviços e parceiros buscando uma gestão mais eficiente do ponto de vista operacional e econômico em apoio ao cliente, seja público ou privado. Zelamos pelo desenvolvimento econômico sustentável das comunidades do entorno e total apoio às atividades de conservação ambiental.

Criado após o encerramento das atividades da Estrada Velha de Santos, o Parque Caminhos do Mar foi minimamente explorado, apenas grupos previamente autorizados puderam visitá-lo, e hoje após ser concedido à Parquetur, pelo prazo de concessão que é de 30 anos, está aberto à visitação, restaurado e revitalizado, fornecendo toda a infraestrutura adequada aos visitantes e se tornando um dos mais enriquecedores programas ao ar livre próximos de São Paulo, para todas as idades e perfis de visitantes.

### 1.1. Aspectos financeiros e sustentabilidade da continuidade operacional

#### i) Início da operação e evolução da visitação

A operação da Companhia iniciou-se efetivamente em 16 de junho 2021, com o início da implantação dos planos de gestão e operação e plano de intervenções.

Os principais serviços de apoio ao uso público no Parque Estadual Serra do Mar, relativa ao Caminhos do Mar são:

- Controle de acesso ao parque: contempla sistema e equipamentos utilizados para o controle do número de visitantes que adentram o Parque. Tal serviço é importante para segurança e controle de entrada e saída dos grupos de pessoas;
- Recepção de visitantes: serviço de receptivo prestado pelos colaboradores da Companhia, contempla as atividades de receber, informar o visitante sobre os atrativos do parque e aspectos relacionados à segurança;
- Venda de ingressos: contempla o serviço de cobrança e venda dos ingressos para o parque - serviços de caixa;
- Transporte interno: serviço de transporte passa pelos principais monumentos históricos subindo o trecho histórico da Serra do Mar, este facilita e amplia a diversidade de perfis no Parque;
- Serviços de alimentação: no Centro de Visitantes de São Bernardo do Campo temos uma lanchonete bem localizada que atende os visitantes no mesmo horário de funcionamento do parque, onde podem ser adquiridos alimentos e bebidas para apoio nas trilhas ou no retorno da visitação dos atrativos;
- Loja de conveniência e souvenir: a instalação da loja de conveniência e souvenir permite ao visitante adquirir produtos para apoio nas trilhas, trazendo um conforto e uma melhor conveniência ao visitante;
- Manutenção e limpeza: toda a área de atendimento ao visitante recebe diariamente o cuidado de manutenção preventiva e a respectiva limpeza para utilização dos visitantes e convivência dos funcionários;
- Segurança: toda a área de atendimento ao visitante tem vigilância e acompanhamento por equipe e tecnologia.

Em 2023 a visitação do Parque superou os 80 mil visitantes, 60% acima do mesmo período de 2022.

Nos próximos 5 anos, queremos chegar ao patamar de 200 mil visitantes com alto crescimento médio anual da visitação, apoiado nas principais oportunidades do parque e no crescimento do ecoturismo em âmbito mundial e mais acentuado ainda no Brasil. Este ritmo de crescimento tem seguido o crescimento de visitação dos Parques Nacionais no Brasil e as boas perspectivas de turismo doméstico e de natureza, pós pandemia.

ii) Público-alvo e Oportunidades

Atualmente os visitantes do parque são majoritariamente do estado de São Paulo (98%) concentrados na cidade de São Paulo e Grande ABC, tipicamente de classe média, com tendência a classe-média alta. Em relação a faixa etária dos visitantes 46% entre 31 a 45 anos, 38% entre 46 a 59 anos, 10% entre 16 a 30 anos e 6% com mais de 60 anos.

Dentro os principais tipos de grupos que visitam o Parque, cerca de 50% dos visitantes são de famílias, seguidos por 30% de casais e 16% de amigos.

Estes números também destacam a necessidade de inserir um público-alvo em escala e gerar a oportunidade de desenvolver a comunicação para registrar o aumento na frequência de visitantes de outros perfis.

O Parque Caminhos do Mar tem grande potencial para visitas educacionais, principalmente de público escolar, as quais retomaram no início do 2º. Trimestre 2022.

Aumentar o conhecimento do público em relação ao turismo de natureza, aumentar o vínculo visitantes e entorno a respeito da importância socioambiental do Parque.

Diversificação e ampliação dos atrativos e atividades do Parque, conseqüente ampliação da diversidade de perfis de visitante.

Consolidar e ampliar atrativos de visitação com recorrência, com público já no entorno do Parque. O Parque é utilizado para prática esportivas como corrida, ciclismo, natação e triatlão com grande potencial para sediar um clube destas práticas esportivas.

Manutenção e ampliação do Plano de Marketing: inclui ações de comunicação e vendas que tem como meta ampliar o conhecimento do público em relação ao turismo de natureza, aproveitando a proximidade à grandes centros.

Manutenção e ampliação do Plano de Eventos: com uma maior quantidade e qualidade dos eventos irá aumentar o conhecimento do público em relação ao turismo de natureza. O Parque Caminhos do Mar tem vocação para eventos e filmagens e aproveita a proximidade à grandes centros.

iii) Desenvolvimentos e Melhorias do Parque

A Administração da Parquetur - Caminhos do Mar ao longo do seu 1º ano de operação, efetuou desenvolvimentos e melhorias no Parque, para cumprir o contrato junto ao Poder Concedente, e para otimizar a infraestrutura do Parque, com o objetivo de aumentar o número de visitantes garantindo a experiência.

Em 2021 e 2022 as melhorias foram de estruturação e manutenção, com o início do direcionamento do Plano de Intervenções. Após a estruturação inicial, a concessionária iniciou a 2ª etapa do Plano de Intervenções, neste há previsão de investimento de aproximadamente R\$ 12.700 nos próximos 3 anos. O total de investimento ao longo do contrato de concessão, de acordo com o plano de intervenções, é de aproximadamente de R\$ 19.790. O Plano de Intervenções contempla: construção e reforma de estruturas de apoio à visitação (portarias, bilheteria, centro de visitantes etc.), estruturas de atividades âncora e acessórias e a implantação de infraestrutura de serviços públicos (água, energia e dados).

iv) Outorga Fixa

Direito de Outorga Fixa do Contrato de Concessão nº 01-2021 celebrado entre a Companhia e o Estado de São Paulo, representado por sua Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA ("Poder Concedente"), Edital da concorrência internacional no 01/2020, Processo SIMA nº 8313-2020 ("Concorrência").

Como condição para assinatura do contrato, a Companhia realizou o pagamento no valor de R\$4.050, em março/2021, a título de outorga fixa. O valor foi depositado na conta de restauro, conforme cláusula nº 6 do contrato de concessão.

Em junho de 2021, a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente enviou para Companhia o Ofício CG 60/2021, informando que foi detectado uma inconsistência no valor da Outorga Fixa depositado na conta de restauro. O valor pago pela Outorga Fixa não tinha sido atualizado pela IPC/FIPE, no período compreendido entre maio/2020 e março/2021, com isso o valor da Outorga Fixa passou de R\$ 4.050 para R\$ 4.357, gerando um valor a pagar pelo Outorga Fixa no montante de R\$ 307. Considerando que o valor limite para depósito na conta de restauro é de R\$ 4.252, a Companhia realizou os pagamentos na seguinte ordem:

- a) Depósito, na conta de restauro no valor de R\$ 202;
- b) Depósito, na conta corrente da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente no valor de R\$ 105.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Os valores foram liquidados pela Companhia no 1º trimestre de 2022.

v) Conta do Restauo e Eventos de Desembolso

Como condição para assinatura do contrato de concessão, parte do valor da Outorga Fixa foi depositado pela Companhia na conta de restauro até o limite de R\$ 4.252, que possui como titularidade a Fundação Florestal.

De acordo com o Anexo XI-Contrato de Administração de Contas - Conta dos recursos do restauro, os valores depositados na conta de restauro serão devolvidos pela Fundação Florestal para a Companhia na medida que as obras de reparo dos monumentos dos Parques são concluídas e aprovadas.

Após conclusão de cada Monumento do Restauo, a Companhia apresentará ao banco depositário a respectiva solicitação de transferência, devidamente assinada, acompanhada do Comprovante de Conclusão de Evento de Desembolso emitido pela Fundação Florestal para cada evento de desembolso, assim permitindo a movimentação da conta bancária pelo banco depositário dos valores referentes a este monumento destinados a conta de livre movimentação da Companhia.

Para cada obra de restauro dos monumentos, foi determinado um valor no qual será base para movimentação da conta de restauro, de acordo com os seguintes eventos de desembolso:

Eventos	Descrição	Em Milhares de Reais
1	Conclusão do Monumento ao Pico	29
2	Conclusão do Pontilhão Raiz da Serra	38
3	Conclusão do Belvedere Circular	77
4	Conclusão do Cruzeiro Quinhentista	119
5	Conclusão da Calçada do Lorena	175
6	Conclusão do Padrão do Lorena	332
7	Conclusão do Rancho da Maioridade	537
8	Conclusão das Ruínas	1.062
9	Conclusão do Pouso do Paranapiacaba	1.883
		<hr/> 4.252

Os valores de desembolso serão corrigidos monetariamente com base no índice IPC/FIPE, a partir da data da assinatura do Contrato até a data da solicitação de transferência.

vi) Análise de continuidade operacional da Administração da Companhia

Em 31 de dezembro de 2023, embora a Companhia tenha apurado prejuízo líquido no exercício de R\$ 7.309 mil (R\$ 5.911 mil em 2022) e encerrado o exercício com um prejuízo acumulado de R\$ 15.027 mil em 2023 (R\$ 7.592 mil em 2022), conseguiu manter o seu capital circulante líquido em 31 de dezembro de 2023 positivo em R\$ 2.904 mil (R\$ 983 mil em 2022). Dado o quadro apresentado, a Administração da Companhia tem envidado esforços na busca de alternativas para equacionar e equilibrar os compromissos operacionais e financeiros da Companhia, e até o presente momento, tais condições não foram equacionadas e equilibradas. Entretanto, as premissas incluídas na avaliação dependem de eventos futuros que ocorrerão para que a Administração possa reverter o cenário atual, neste sentido, a Administração da Companhia avaliou a capacidade de continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente. Assim, entende que não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 31 de julho de 2024.

2. Base de elaboração e apresentação das Demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), conforme Lei 6.404/1976 e Lei 11.638/2007.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

A Companhia usa o real como “moeda funcional”, a qual é também a moeda de apresentação das demonstrações contábeis.

### 3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário

#### 3.1. Principais práticas contábeis materiais adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis

##### (a) Instrumentos financeiros

A Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Os instrumentos financeiros não derivativos abrangem disponibilidades, aplicações financeiras, recebíveis, contas a pagar e outros ativos e passivos. Reconhece-se o instrumento financeiro quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros deixam de ser reconhecidos por ocasião do vencimento dos direitos contratuais da entidade aos fluxos de caixa deles decorrentes, ou caso a entidade venha a transferi-los sem manter o controle ou a maior parte de seus riscos e benefícios. Os passivos financeiros deixam de ser reconhecidos quando essas obrigações sejam liquidadas ou canceladas.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados da seguinte forma:

- Custo amortizado: para ativos financeiros que são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, os quais decorrem do recebimento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): aplicável aos ativos financeiros mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros;

- Valor justo por meio do resultado (VJR): corresponde aos ativos financeiros não mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados à mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais instrumentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de gerenciamento de risco.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Companhia, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Os principais fatores de risco de mercado, que podem afetar os negócios da Companhia, estão apresentados a seguir:

(b) Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos com instituições financeiras geradas por operações de investimento financeiro.

Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática o recebimento financeiro de seus clientes pelo cartão de crédito ou à vista.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações com baixo risco de crédito.

(i) Risco de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, quando aplicável. A Companhia não tem pactuado, para todos os contratos em empréstimos e financiamentos, contratos de derivativos para fazer "hedge/swap" contra esse risco. Porém, ela monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(c) Ativos Circulantes

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de alta liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

(ii) Adiantamentos diversos

São valores pagos a fornecedores, que enviarão as notas fiscais, posteriormente em virtude da característica de prestação de serviço.

(iii) Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(iv) Impostos a recuperar

Os tributos a recuperar têm as seguintes origens: (i) Pis e Cofins em virtude de pagamento sobre aquisição de mercadoria e serviços (ii) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), decorrentes do cálculo com base no Lucro Real Tributável, ajustados nos termos da legislação.

(d) Ativo Não-Circulante

(i) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição ou contratação líquidos da depreciação acumulada e perdas ao seu valor recuperável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos bens é calculada considerando os seus custos e taxa de depreciação fiscal, como segue:

	Taxas de depreciação
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos de informática	20%
Equipamentos telefônicos	20%
Móveis e utensílios	10%
Instalações	10%
Veículos	20%

(ii) Intangível

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência do contrato de concessão pública são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e OCPC - 05 Contratos de Concessão.

O contrato de concessão estabelecido entre a SIMA e a Companhia, prevê uma contraprestação pecuniária a ser paga ao poder concedente e a cobrança, pela Companhia, de tarifas a serem pagas pelos usuários do Parque.

O contrato prevê também que extinta a concessão patrocinada, retornam automaticamente ao poder concedente, os equipamentos, instalações e outros bens, diretos e privilégios vinculados ao serviço concedido.

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão.

Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial o ativo intangível é mensurado pelo custo de aquisição/construção, que contemplam ainda os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia, que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e das perdas do valor recuperável, quando aplicável.

No caso da Companhia, não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações contábeis.

A vida útil de um ativo intangível de um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A vida útil estimada para os períodos correntes é estabelecida conforme prazo do contrato de concessão que foi estabelecido em 30 anos, a partir da data de recebimento do bem público e o início da operação, em 16 de junho 2021.

#### (e) Perdas no valor de recuperação (*impairment*)

Nos exercícios findos em 2023 e 2022, não foram encontrados indicativos de perda de valor recuperável dos ativos da Companhia.

#### Ativos financeiros

Um ativo financeiro é considerado deteriorado caso haja evidência objetiva de que uma ou mais ocorrências tiveram efeito negativo em seus futuros fluxos de caixa estimados.

A perda no valor de recuperação (*impairment*) relativa a um ativo financeiro avaliado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, sendo reconhecida diretamente no resultado. Essa perda no valor de recuperação deve ser revertida caso algum evento justifique objetivamente a reversão após o reconhecimento da perda.

#### Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de balanço ou quando há sinal de perda no valor de recuperação (*impairment*). Caso exista a referida indicação, estima-se o valor recuperável do ativo. A perda é reconhecida caso o valor contábil do ativo seja superior ao seu valor recuperável.

O valor recuperável do ativo é o maior entre seu valor de utilização e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Para a avaliação do valor de utilização, descontam-se a valor presente os fluxos futuros de caixa, estimados por meio da utilização de uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais de mercado, bem como os riscos característicos do ativo.

(f) Passivos Circulantes

(i) Fornecedores

Correspondem aos valores a pagar a fornecedores que suportam as operações dos projetos e campanhas em andamento de acordo com a sazonalidade.

(ii) Obrigações trabalhistas e sociais

São todas obrigações referente a Folha de Pagamento, tais como INSS, FGTS a Recolher, Salário a Pagar, Provisões Férias, 13º Salário, FGTS e INSS sobre Férias e 13º Salário.

(iii) Obrigações fiscais

São todas obrigações federais, tais como Imposto de Renda Retido na Fonte sobre salários e sobre Serviços de Terceiros, Contribuições Retidas, PIS e COFINS.

(iv) Adiantamento de terceiros

Composto por valores recebidos de clientes, que será emitido documento fiscal oportunamente.

(v) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

As provisões para demandas judiciais e administrativas (trabalhista, civil e fiscal) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(vi) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda corrente e a despesa da contribuição social são calculados nos termos da legislação fiscal brasileira. A Administração periodicamente avalia e mensura as posições tomadas na declaração de imposto de renda em relação às situações em que os regulamentos fiscais aplicáveis estão sujeitos à interpretação. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que se espera que sejam pagos às Autoridades Fiscais.

O imposto diferido, quando aplicável, é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

(g) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto.

A Companhia, baseada no modelo de cinco etapas da norma: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida; analisou os contratos e identificou que as obrigações de desempenho satisfazem:

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria física e venda on-line) são reconhecidas no momento da visita do cliente ao parque.

Receita de transporte/translado: a receita de transporte para traslado do parque é reconhecida no resultado no momento de utilização do serviço pelo cliente no Parque.

Receitas de estacionamento: As receitas decorrentes dessa operação são reconhecidas no momento da visita e uso do estacionamento pelo cliente.

Receita de Alimentos e Bebidas: As receitas provenientes da venda de alimentos e bebidas são reconhecidas no momento da venda ao cliente do parque.

Receita de Souvenir: As receitas provenientes da venda de souvenir são reconhecidas no momento da venda ao cliente do parque.

Receitas de locação: As receitas provenientes de contratos de locação são reconhecidas no resultado à medida que os prazos dos contratos vão incorrendo com base na vigência e característica dos contratos.

(h) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são compostas substancialmente por juros sobre aplicações financeiras de liquidez imediata. As despesas financeiras incluem juros passivos e multas de mora, despesas bancárias e impostos sobre operações financeiras. Essas despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

(i) Pronunciamentos contábeis e novas interpretações emitidas

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alteração na norma IFRS 17/NBC TG 50 Contratos de Seguros

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substituiu a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023. A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros. Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais.

b) Alteração na norma IAS 1/ NBC TG 26 (R5) Apresentação das Demonstrações Contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- c) Alteração na norma IAS 12/ NBC TG 32 (R4) Tributos sobre o Lucro
  - i. Imposto diferido relacionado com ativos e passivos decorrentes de uma única transação

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais da Companhia.

- d) Alteração na norma IAS 8/ NBC TG 23 (R2) políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores. Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia.

- (i) Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, a saber:

- a) Alterações na norma IFRS 16/ NBC TG 06 (R3): acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/NBC TG 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- b) Alterações na norma IAS 1/NBC TG 26 (R5): esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- c) Alterações na norma IAS 1/ NBC TG 26 (R5): esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- d) Alterações na IAS 7/ NBC TG 03 (R3) e IFRS 7/NBC TG 40 (R3): esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024;
- e) Alterações na IAS 21/ NBC TG 02 (R3): exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025;

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações contábeis, e acredita que não terá efeitos relevantes.

### 3.2. Impostos sobre as receitas operacionais

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições de acordo com a sua operação, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e contribuições	Sigla	Alíquotas - %
Programa de Integração Social	PIS	0,65
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00
Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza	ISS	3,00

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Conta corrente	39	3
Aplicações Financeiras - Renda Fixa	-	1.819
Total caixa e bancos	39	1.822

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com remuneração de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs). As aplicações em CDB podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

### 5. Contas a receber de clientes

	2023	2022
Contas a receber de clientes nacionais	91	84
Contratos de Locação	8	-
Total contas a receber líquido	99	84

- (a) Refere-se a valores a receber de clientes, decorrentes de pagamentos realizados pela prestação de serviços.

PARQUETUR - CAMINHOS DO MAR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Destacamos a seguir a classificação do saldo a receber - "aging list":

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
A vencer		
Até 365 dias	99	84
Total	<u>99</u>	<u>84</u>

6. Adiantamentos a fornecedores

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Adiantamentos a fornecedores	217	465
Total de adiantamento diversos	<u>217</u>	<u>465</u>

7. Impostos e contribuições a recuperar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	62	23
Contribuição social retido a compensar	2	-
Provisão IRRF- Banco Daycoval aplic tit	1	-
Provisão IRRF- Banco Itau aplic cdb	-	-
INSS a compensar	10	-
COFINS a recuperar	2	2
PIS a recuperar	-	1
PIS pago a maior	2	-
COFINS pago a maior	10	-
IRRF a compensar	6	-
Total Impostos e contribuições a recuperar	<u>95</u>	<u>26</u>

8. Outros ativos

(i) Despesas antecipadas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Prêmios de seguros a apropriar	40	4
Seguros responsabilidade civil	-	5
Seguro veículos	-	4
	<u>40</u>	<u>13</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Investimento Restauro (a)

	2023	2022
Rancho da Maioridade	1.069	-
Ruínas	1.479	-
Calçada da Lorena	24	-
Padrão Lorena	292	-
	<u>2.864</u>	<u>-</u>
Total de Outros Ativos	<u>2.904</u>	<u>13</u>

(a) Refere-se a conta de restauro e eventos de desembolso descritos na nota explicativa nº 1.1, item "v", destas demonstrações contábeis.

9. Aplicações financeiras vinculadas

	2023	2022
Aplicações financeira vinculadas	-	1.182
Total aplicações financeiras vinculadas	<u>-</u>	<u>1.182</u>

A Companhia apresentou como condição à assinatura do contrato de concessão e deverá manter, em favor do Concedente, ao longo de todo o prazo da concessão, garantia de execução no montante inicial de R\$ 994. Para o exercício de 2022, a garantia de execução apresentada pela Companhia está representada por Letra Financeira do Tesouro Nacional - LFT. Para o exercício de 2023, a Administração da Companhia contratou em substituição Letra Financeira do Tesouro Nacional - LFT, seguro garantia de execução, em acordo com o Poder Concedente como uma das opções de garantia de execução, este seguro é detalhado na nota explicativa de seguros. A garantia de execução se destina à indenização, ressarcimento de custos e despesas incorridas, face ao eventual inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia, devendo ser executada também para pagamento de multas que forem aplicadas à Companhia ou para pagamento de outros valores por ela devidos ao Concedente. Conforme o contrato de concessão, o valor de garantia de execução deverá ser atualizado anualmente pelo IPC/FIPE, no mês de aniversário do contrato de concessão.

10. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022, assim como determinadas transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de transações com Companhias do mesmo grupo econômico, profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas.

Estas operações foram em condições definidas entre elas. Portanto, caso fossem realizadas em condições normais de mercado, o resultado das operações poderia ser diferente.

PARQUETUR - CAMINHOS DO MAR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui como seu controlador final a Parques F.I. Partic. Infraestrutura, a qual possui 100% de suas ações.

Os saldos e as transações da sociedade partes relacionadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão resumidos a seguir:

(a) Ativo

	2023	2022
Parquetur Chapada dos Guimarães	43	-
	<u>43</u>	<u>-</u>

(b) Passivo

	2023	2022
Parquetur Itatiaia	34	-
Parquetur Ibitipoca e Itacolomi	511	-
	<u>545</u>	<u>-</u>

Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados concedidos pela Companhia referem-se basicamente a benefícios concedidos em bases mensais e assim reconhecidos contabilmente. Inexistem benefícios pós-emprego, fundos de pensão ou outros benefícios que requeiram tratamento contábil específico.

11. Imobilizado

(a) Composição

	% - Taxas	31/12/2023		Custo líquido
		Custo	Depreciação	
Máquinas e equipamentos	10%	2.028	(152)	1.876
Equipamentos de informática	20%	5	(1)	4
Equipamentos telefônicos	20%	2	(1)	1
Móveis e utensílios	10%	327	(42)	285
Instalações	10%	143	(23)	120
Veículos	20%	756	(226)	530
Total		<u>3.261</u>	<u>(445)</u>	<u>2.816</u>

(b) Movimentação do imobilizado

Descrição do bem	31/12/2022	Adição	Baixa	Depreciação	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	50	1.978	-	(151)	1.877
Equipamentos de informática	5	-	-	(2)	3
Equipamentos telefônicos	1	-	-	-	1
Móveis e utensílios	263	54	-	(31)	286
Instalações	134	-	-	(14)	120
Veículos	363	279	-	(113)	529
Total	<u>816</u>	<u>2.311</u>	<u>-</u>	<u>(311)</u>	<u>2.816</u>

PARQUETUR - CAMINHOS DO MAR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição do bem	31/12/2021	Adição	Baixa	Depreciação	31/12/2022
Máquinas e equipamentos	2	50	-	(2)	50
Equipamentos de informática	2	3	-	-	5
Equipamentos telefônicos	1	-	-	-	1
Móveis e utensílios	17	256	-	(10)	263
Instalações	9	133	-	(8)	134
Veículos	282	164	-	(83)	363
Total	313	606	-	(103)	816

A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual, de forma linear conforme taxas descritas na seção 3.1.

## 12. Intangível

### (a) Composição

	31/12/2023			Custo líquido
	% - Taxas	Custo	Amortização	
Outorga fixa	3,33%	4.357	(368)	3.989
Construção/melhorias na infraestrutura	3,33%	4.959	(109)	4.850
Total		9.316	(477)	8.839

### (b) Movimentação do Intangível

Descrição do bem	31/12/2022	Adição	Baixa	Amortização	31/12/2023
Outorga fixa	4.135	-	-	(146)	3.989
Construção/melhorias na infraestrutura	7.264	-	(2.305)	(109)	4.850
Total	11.399	-	(2.305)	(255)	8.839

Descrição do bem	31/12/2021	Adição	Baixa	Amortização	31/12/2022
Outorga fixa	4.280	-	-	(145)	4.135
Construção/melhorias na infraestrutura	634	6.630	-	-	7.264
Total	4.914	6.630	-	(145)	11.399

### Outorga Fixa

Como condição para assinatura do contrato, a Companhia realizou o pagamento no valor de R\$ 4.357, atualizado pelo IPC/FIPE, a título de outorga fixa, conforme cláusula nº 6 do contrato de concessão. Mais detalhes sobre a outorga fixa estão descritos na nota explicativa nº 1.1.(iv).

A amortização será de acordo com o contrato de concessão que é de 30 anos contados da data de assinatura do Termo de Entrega do Bem Público.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### Construção/Melhorias na infraestrutura

A amortização dos gastos com construção/melhorias na infraestrutura ocorrerá conforme a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão - por meio do método linear pelo prazo de concessão do contrato de concessão firmado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA, quando as mesmas estiverem concluídas e prontas para a visitação e ou uso.

#### *Covenants*

A Administração e os Assessores Jurídicos da Companhia reforçam sobre o cumprimento e bom andamento do contrato, validados pelo verificador independente e pelo poder concedente. Destaca-se que a Companhia possui processo sancionatório pelo atraso na entrega de obras de restauro dos monumentos históricos e pela não entrega no prazo contratual das demonstrações contábeis, e que pela avaliação da Administração e de seus Assessores Jurídicos, podem causar uma multa com o valor máximo estimada em R\$ 5 mil.

Quanto ao suposto atraso da entrega obras de restauro dos monumentos históricos, a Companhia manteve o Poder Concedente informado acerca do andamento das obras de restauros e da motivação dos atrasos nas entregas. Durante o desenvolvimento dos trabalhos, foram identificados inúmeros erros nos projetos elaborados pela Fundação Florestal, o que ocasionou a demora na conclusão das obras. Além disso, a substituição da empresa originalmente contratada, condições climáticas adversas e impedimentos de órgão de tombamento de patrimônio cultural no Parque Caminhos do Mar também contribuíram para o atraso.

Não há risco à continuidade operacional da concessão, pois as possíveis infrações de forma alguma podem ser classificadas como graves, de modo que a atividade econômica que vem sendo desenvolvida pela concessionária não será interrompida ainda que haja a improvável condenação na esfera administrativa.

### 13. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores de mercadoria, bens e serviços	<u>456</u>	<u>960</u>
	<u>456</u>	<u>960</u>

- (a) Correspondem aos valores a pagar para fornecedores nacionais para execução dos projetos e prestações de serviços nas dependências do parque.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Obrigações trabalhistas e sociais

	2023	2022
Salários a pagar	60	29
INSS a recolher	28	17
FGTS a recolher	6	2
IRRF folha a recolher	1	9
ISSQN s/RPA	-	1
Provisão de férias	62	26
Total obrigações trabalhistas e sociais	<u>157</u>	<u>84</u>

Correspondem aos valores a pagar de impostos sobre faturamento que registrou uma concentração no mês de dezembro de 2023, folha de pagamento e outras operações que gerem encargos tributários.

15. Impostos e contribuições a recolher

	2023	2022
IRRF Terceiros	25	9
ISS sobre faturamento	18	4
ISS retido de terceiros	22	36
PIS a recolher	1	2
COFINS a recolher	7	7
INSS Terceiros	39	22
PIS COFINS e CSLL retido de terceiros	55	37
Total impostos e contribuições a recolher	<u>167</u>	<u>117</u>

Correspondem aos valores a pagar de impostos sobre faturamento que registrou uma concentração no mês de dezembro de 2023, folha de pagamento e outras operações que gerem encargos tributários.

Em maio de 2021 foi publicada a Lei n.º 14.148/2021, a qual estabeleceu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), que reuniu um conjunto de medidas adotadas com o objetivo de estimular a retomada das atividades do setor de eventos e correlatos em razão dos efeitos da pandemia de Covid-19.

Em razão do PERSE, a Companhia amparada pela lei e com a intenção de mitigar os efeitos da pandemia informa que no período de 60 meses, contados do efeito da lei, ficam reduzidas a zero as alíquotas de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL incidentes sobre as receitas operacionais da Companhia.

PARQUETUR - CAMINHOS DO MAR S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Adiantamento de clientes

	2023	2022
Adiantamento de clientes	435	261
	<u>435</u>	<u>261</u>

17. Remuneração da administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros, diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, foi de R\$ 110 mil no exercício de 2023 e R\$ 13 mil no exercício de 2022.

18. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 23.773 (R\$ 17.373 em 31 de dezembro de 2022) e estão representados por 23.773.100 (17.373.100 em 2022) ações nominativas.

Em 31 de dezembro de 2023

Acionistas	Quantidade	Valor	%
Parques F.I. Partic. Infraestrutura	23.773.100	23.773	100,00%
Total capital social	<u>23.773.100</u>	<u>23.773</u>	<u>100,00%</u>

Em 31 de dezembro de 2022

Acionistas	Quantidade	Valor	%
Parques F.I. Partic. Infraestrutura	17.373.100	17.373	100,00%
Total capital social	<u>17.373.100</u>	<u>17.373</u>	<u>100,00%</u>

(a) Aumento de capital

Eventos de aumento de capital em 2023

Em 13 de março de 2023, conforme ata da assembleia geral extraordinária, foi aprovado aumento de capital social da Companhia em R\$ 6.400, mediante a utilização do montante de R\$ 5.700 que estava registrado como adiantamento para futuro aumento de capital. Em 3 de abril de 2023, o restante de R\$ 700 foi integralizado.

Acionista	Movimentação							
	Cenário Anterior		AFAC				Cenário Atual	
	Quantidade de ações	Capital social em milhares R\$	Integralização da AFAC em ações	Integralização da AFAC em milhares R\$	Integralização em Espécie em ações	Integralização em Espécie em milhares Reais	Quantidade de ações	Capital social em milhares R\$
Parques F.I. Partic. Infraestrutura	17.373.100	17.373	5.700.000	5.700	700.000	700	23.773.100	23.773
	<u>17.373.100</u>	<u>17.373</u>	<u>5.700.000</u>	<u>5.700</u>	<u>700.000</u>	<u>700</u>	<u>23.773.100</u>	<u>23.773</u>

Eventos de aumento de capital em 2022

Em 11 de fevereiro de 2022, conforme ata da assembleia geral extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia de R\$ 7.673 para R\$ 9.473, portanto um aumento de R\$ 1.800, com a emissão de 1.800.000 ações ordinárias nominativas, mediante incorporação de adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R\$ 1.800.

Em 27 de maio de 2022, conforme ata da assembleia geral extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia de R\$ 9.473 para R\$ 12.773, portanto um aumento de R\$ 3.300, com a emissão de 3.300.000 ações ordinárias nominativas, totalmente integralizado em moeda no próprio período.

Em 20 de setembro de 2022, conforme ata da assembleia geral extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia de R\$ 12.773 para R\$ 17.373, portanto um aumento de R\$ 4.600, com a emissão de 4.600.000 ações ordinárias nominativas, parcialmente integralizadas, mediante incorporação de adiantamento para futuro aumento de capital, no valor de R\$ 3.200. O restante foi integralizado no prazo de 90 dias, também em moeda corrente nacional.

(b) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Considerando a necessidade de recursos para continuidade dos projetos a Companhia recebeu de seus sócios aportes de adiantamento para futuro aumento de capital.

	2023	2022
Saldo inicial do exercício	4.601	1.801
Aportes para futuro aumento de capital (i)	5.600	7.800
Integralização de capital -Nota Explicativa nº 17. (a)	(5.700)	(5.000)
Saldo final do exercício	<u>4.501</u>	<u>4.601</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) No decorrer do exercício de 2023, a Companhia recebeu aportes para futuro aumento de capital, que serão utilizados na integralização do capital social da Companhia em período posterior, sendo recebidos nas seguintes datas:

Data do AFAC	Valor do AFAC em milhares de reais
03 de abril de 2023	101
04 de julho de 2023	800
14 de agosto de 2023	400
23 de agosto de 2023	800
08 de setembro de 2023	800
26 de setembro de 2023	800
27 de novembro de 2023	800
	4.501

Eventos subsequentes

Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 08 de janeiro de 2024, foi efetuado um adiantamento para futuro aumento de capital, conforme contrato de adiantamento para futuro aumento de capital, com valor de R\$ 400 este será utilizado na integralização do capital da Companhia em período posterior.

Em 14 de fevereiro 2024, foi efetuado um adiantamento para futuro aumento de capital, conforme contrato de adiantamento para futuro aumento de capital, com valor de R\$ 1.500 este será utilizado na integralização do capital da Companhia em período posterior.

(c) Reserva Legal

Será constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social. No exercício social em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não constituiu reserva legal devido ao prejuízo dos exercícios.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Receita Líquida

A receita líquida da Companhia e dos custos relacionados às receitas, apresentadas nas demonstrações a seguir:

Descrição	2023	2022
Serviços prestados	4.023	1.526
Locação e eventos	422	432
Receita de restauro	-	263
Receita bruta operacional	4.445	2.221
(-) Impostos incidentes sobre as vendas	(153)	(66)
Receita líquida operacional	4.292	2.155

20. Custos das mercadorias e serviços prestados

Descrição	2023	2022
Prestadores de serviços	-	(1.497)
Manutenção e conservação	(681)	(469)
Custo de pessoal	(965)	(1.210)
Aluguel de equipamentos	(560)	(540)
Depreciação e amortização	(566)	(90)
Serviços de vigilância	(859)	(14)
Limpeza e conservação	(493)	(12)
Ônus da fiscalização	(775)	(218)
Custos gerais	(34)	(25)
	(4.933)	(4.075)

O negócio da Companhia é intensivo de gastos nos primeiros anos para aprimoramento da operação, para organizar, e para criar atividades e serviços. Adicionalmente, as equipes operacionais trabalham por processos e procedimentos, fazendo com que haja ganho de escala e eficiência com o aumento da visitação. Em custos, com o aumento da visitação, os custos fixos são diluídos e os custos variáveis têm uma melhor relação com a receita, aumentando as margens.

Parte dos prestadores de serviços alocados em custos em 2022, eram tratados de forma consolidada na conta "Prestadores de serviços", e que em 2023, devido a relevância das linhas, foram realocamos em contas separadas, mas preservando a rubrica de custos, e separado por natureza dos serviços terceirizados: manutenção, serviços de vigilância, limpeza e conservação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Despesas por natureza

Os principais gastos incorridos nos períodos podem ser assim apresentados:

	2023	2022
Prestadores de serviços	(3.175)	(2.281)
Despesas com pessoal administrativo	(808)	(744)
Propaganda e publicidade	(434)	-
Limpeza e conservação	(457)	(249)
Impostos e taxas	(72)	(133)
Despesas com pessoal de vendas	(541)	(458)
Manutenção e conservação	(47)	(156)
Locação e despesas com veículos	(353)	-
Depreciação	-	(11)
Amortização	-	(146)
Outras despesas	(633)	(54)
Total	<u>(6.520)</u>	<u>(4.232)</u>
Despesas geral e administrativas	(5.979)	(3.484)
Outras despesas	(541)	(748)
Total	<u>(6.520)</u>	<u>(4.232)</u>

Em despesas, com o aumento do número de Companhias no portfólio do Grupo Econômico Administrador, as despesas do centro de serviços compartilhados terão um rateio maior e serão reduzidas em cada Companhia do Grupo.

22. Resultado financeiro, líquido

As principais despesas e receitas incorridas nos períodos podem ser assim apresentados:

(a) Despesas financeiras

	2023	2022
Despesas bancárias	(50)	(4)
Juros pagamentos em atraso	(4)	(6)
Juros bandeiras cartão	(163)	-
Outras despesas financeiras	(9)	(23)
	<u>(226)</u>	<u>(33)</u>

(b) Receitas financeiras

	2023	2022
Rendimentos de aplicações financeiras	77	274
	<u>77</u>	<u>274</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(149)</u>	<u>241</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Imposto de renda e contribuição social

Descrição	2023	2022
Prejuízo antes dos impostos	(7.309)	(5.911)
Adição ao lucro real	-	26
Exclusões ao lucro real	-	-
Base tributável no lucro real	(7.309)	(5.885)
IRPJ correntes - 15%	-	-
IRPJ correntes - 10%	-	-
CSLL correntes - 9%	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	-	-

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia auferiu prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 7.309. O montante acumulado dos saldos foi de R\$ 13.194, os quais não possuem prazos prescricionais e sendo sua compensação limitada a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro.

A Administração não procedeu com o registro de impostos diferidos em virtude da ausência de expectativa de lucro tributável futuro.

Em maio de 2021 foi publicada a Lei n.º 14.148/2021, a qual estabeleceu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE), que reuniu um conjunto de medidas adotadas com o objetivo de estimular a retomada das atividades do setor de eventos e correlatos em razão dos efeitos da pandemia de Covid-19.

Em razão do PERSE, a Companhia amparada pela lei e com a intenção de mitigar os efeitos da pandemia informa que no período de 60 meses, contados do efeito da lei, ficam reduzidas a zero as alíquotas de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL incidentes sobre as receitas operacionais da Companhia.

24. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia não são partes em processos trabalhistas discutidos judicialmente, que consistem principalmente em reclamações decorrentes de acidentes de trabalho, pagamento de horas extras e adicionais de periculosidade e periculosidade, entre outros. A provisão para perdas com esses processos é estimada e ajustada pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos e perdas históricas, para cobrir prováveis desfechos desfavoráveis e não mantém depósitos judiciais registrados no ativo não circulante.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com a legislação tributária vigente, as declarações de imposto de renda dos últimos cinco anos e outros impostos e contribuições permanecem abertas para revisão e aprovação pelas autoridades fiscais por períodos variáveis. No entanto, a Companhia acredita que, em 31 de dezembro de 2023, não havia outros riscos significativos conhecidos que devam ser refletidos nas demonstrações contábeis.

25. Cobertura de seguros

A Administração da Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A Companhia mantém apólices de seguro, segundo a cobertura contratada, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ ou responsabilidades. Os riscos cobertos compreendem: Seguro de Responsabilidade Civil e Seguro Patrimonial e Seguro Veículos.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia.

Risco Coberto	Seguradora	Limite Cobertura	
		R\$ Mil	Vigência
Patrimonial	CHUBB SEGUROS	5.000.000	02/06/2023 a 02/06/2024
Responsabilidade Civil	EZZE SEGUROS	3.000.000	02/06/2023 a 02/06/2024
Veículos	TOKIO MARINE SEGURADORA	200.000	16/06/2023 a 16/06/2024
Execução	KOVR SEGURADORA	1.161.053	17/04/2023 a 17/04/2025

Eventos subsequentes - renovação de seguros

Risco Coberto	Seguradora	Limite Cobertura	
		R\$ Mil	Vigência
Patrimonial	CHUBB SEGUROS	5.000.000	02/06/2024 a 02/06/2025
Responsabilidade Civil	EZZE SEGUROS	3.000.000	02/06/2024 a 02/06/2025
Veículos	TOKIO MARINE SEGURADORA	200.000	16/06/2024 a 16/06/2025
Execução	KOVR SEGURADORA	1.161.053	17/04/2024 a 17/04/2025

\* \* \*